



FUNDO DE COMPENSAÇÃO
DO TRABALHO

PROPOSTA

PLANO de ATIVIDADES e ORÇAMENTO

Exercício de 2016

ENQUADRAMENTO

Os Fundos de Compensação do Trabalho, criados pela Lei 70/2013, de 30 de agosto alterada pelo Decreto-Lei nº 210/2015, de 25 de setembro, têm como objetivo garantir aos trabalhadores, cujos contratos de trabalho tenham sido celebrados após o dia 1 de Outubro de 2013, o pagamento efetivo de pelo menos 50% do valor da compensação a que tenham direito por cessação do respetivo contrato de trabalho, calculada nos termos do artigo 366º do Código do Trabalho.

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo de capitalização individual financiado pelos empregadores mediante entregas mensais, constituindo uma poupança a que estes se encontram vinculados destinada à cobertura de até 50% do valor da compensação a que tenham direito os trabalhadores abrangidos por este regime.

Os investimentos do FCT são orientados no sentido da preservação do valor nominal das entregas dos empregadores, conjugada com a maximização da relação entre a rentabilidade e o risco. O património do FCT pode ser representado por depósitos bancários, valores mobiliários, instrumentos representativos da dívida de curto prazo e outros ativos de natureza monetária.

A entidade gestora do FCT é o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, nos termos do nº 2 do artigo 18º da Lei 70/2013, de 30 de Agosto.



CONSELHO DE GESTÃO

Nos termos do artigo 21º da Lei 70/2013, de 30 de Agosto, o FCT é gerido por um Conselho de Gestão presidido pelo Presidente do Conselho Directivo do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social e integrando representantes das Confederações de Empregadores e Sindicais com assento no Conselho Permanente da Concertação Social e dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças, Segurança Social e Laboral.

Os membros do Conselho são:

Instituição	Nome	Representação
Presidente	Manuel Pedro da Cruz Baganha (Prof. Doutor)	
Ministério das Finanças	Francisco Vieira (Eng.)	Efetivo
Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - área do Emprego	Luis Fernando Claudino Oliveira (Dr.)	Efetivo
	Fernando Miguel Catarino José (Dr.)	Suplente
Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - área da Segurança Social	Pedro Miguel Gomes Sanches	Efetivo
	Elisabete Machado da Silva de Almeida	Suplente
Confederação do Comércio e Serviços de Portugal - CCP	Ana Vieira (Dr.ª)	Efetivo
	Jorge Seabra (Dr.)	Suplente
Confederação dos Agricultores de Portugal - CAP	Cristina Nagy Morais (Dr.ª)	Efetivo
	Ana Filipa Ferreira (Dr.ª)	Suplente
Confederação do Turismo Portugues - CTP	Nuno Bernardo (Dr.)	Efetivo
	Pedro Petrucci de Freitas (Dr.)	Suplente
Confederação Empresarial de Portugal - CIP	João Costa (Dr.)	Efetivo
	Gregório Rocha Novo (Dr.)	Suplente
CGTP-IN	Dr. Joaquim Dionísio	Efetivo
	Fernando Ambrósio	Efetivo
	Fernando Manuel Pires Marques (Dr.)	Suplente
	Ana Oliveira (Dr.ª)	Suplente
UGT	António Luís Ferreira Correia	Efetivo
	Sérgio Monte	Efetivo
	Ana Paula Silva Viseu	Suplente
	Joaquim José Mendes Dias	Suplente

Nos termos da alínea g) do nº1 do artigo 24º da Lei nº 70/2013, de 30 de agosto, compete ao Presidente do Conselho de Gestão a elaboração do plano anual de actividades e do orçamento anual e submete-los a aprovação do Conselho de Gestão. A alínea b) do artigo 26º do mesmo diploma estipula, ainda, que o plano de actividades e o orçamento devem ser, posteriormente, objecto de parecer do Fiscal Único.

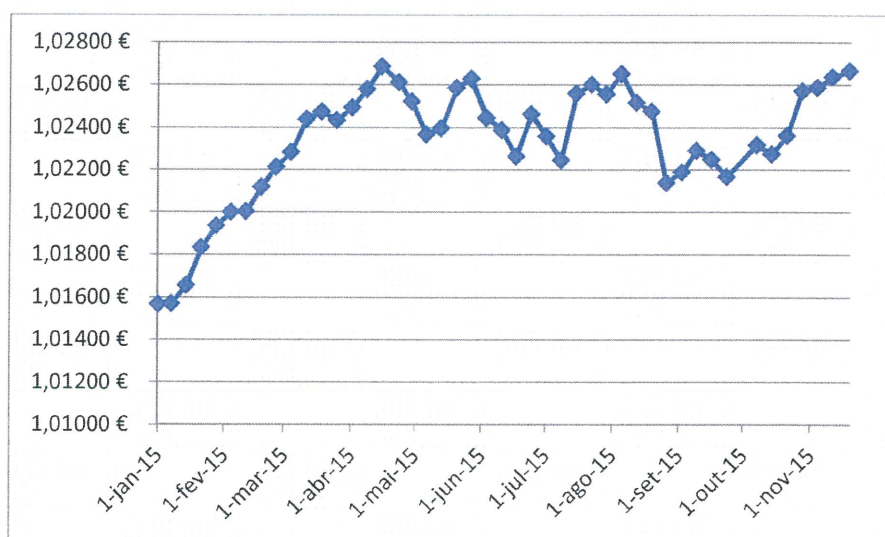
Dando cumprimento ao estipulado na lei, submete-se ao Conselho de Gestão o Plano de Atividades e o Orçamento do FCT para o ano de 2016.



EVOLUÇÃO EM 2015

Em 31 de Outubro de 2015, o Fundo de Compensação do Trabalho recebia contribuições de 135470 entidades empregadoras, correspondentes a 786838 contratos de trabalho, e o montante sob gestão ascendia a 48 603 705 euros.

O valor da unidade de participação, como se pode verificar no gráfico abaixo, depois de um crescimento consistente nos primeiros quatro meses do ano, tem vindo a flutuar entre 1.022 euros e 1.027 euros desde maio, fruto da volatilidade nos mercados da dívida, classe que representa perto do 50% dos ativos do fundo. Não obstante, a rentabilidade homóloga situava-se em 1.15% em final de outubro e em 1.24% em 20 de novembro.



Durante os primeiros 10 meses de 2015 iniciaram-se 801463 contratos, dos quais 198486, aproximadamente 25%, tinham uma duração igual ou inferior a 60 dias. No mesmo período foram pedidos reembolsos correspondentes a 368001 contratos, dos quais 181539, aproximadamente 50%, tinham uma duração igual ou inferior a 60 dias.

O montante total da dívida ao FCT ascende a 1981650 euros o que representa 3.44% do total dos recebimentos (35132631 euros). Aquele valor decompõe-se em 287913 euros de dívidas de anos anteriores e 1693737 euros de dívidas de 2015; valores que correspondem a percentagens de 1.28% para anos anteriores e 4.8% para dívidas de 2015.



ATIVIDADES A DESENVOLVER EM 2016

A actividade do FCT tem sido condicionada, desde a sua criação, pelo estágio de desenvolvimento dos sistemas de informação, por dificuldades de interpretação dos preceitos legais e pela falta de recursos humanos da entidade gestora.

O Decreto-Lei nº 210/2015, de 20 de Setembro, introduziu alterações a legislação do FCT que clarificaram algumas das dúvidas de aplicação. A exclusão da obrigatoriedade de contribuição para o FCT dos contratos de trabalho com duração igual ou inferior a 60 dias reduzirá substancialmente o carga administrativa quer das entidades empregadoras quer das gestão do fundo. Saliente-se que, como mencionado antes, 50% dos reembolsos, uma das tarefas mais consumidoras de tempo, respeitavam a estes contratos. Contudo, esta alteração implica alterações, em curso, aos sistemas de informação.

O sistema de informação encontra-se, ainda, numa fase de desenvolvimento e optimização, prevendo-se que no decurso do ano de 2016 se iniciem as cobranças coercivas de dívidas, tarefa a cargo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social. A operacionalização deste sistema permitirá a recuperação de créditos quer por via voluntária quer coerciva.

Os problemas resultantes da escassez de recursos humanos do Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social deverão ser ultrapassados no início de 2016, quer por via de contratações em curso quer pela estabilização dos sistemas de informação de suporte aos fundos de compensação, nomeadamente na componente de suporte aos registos contabilísticos do fundo. Espera-se, nesta área, ser possível a apresentação atempada e fiável ao Conselho de Gestão de mapas contabilísticos bem como dos comentários do Fiscal Único.

O objectivo central da entidade gestora é maximizar a rentabilidade do FCT cujo benchmark, nos termos da política de investimentos aprovada, é constituída pela EONIA e por dívida alemã com maturidade inferior a 3 anos, cujas taxas tem sido maioritariamente negativas ao longo de 2015. Se a este facto adicionarmos a exclusão dos contratos com duração igual ou inferior a 60 dias, o Conselho de Gestão deverá reavaliar a actual política de investimento, para o que a entidade gestora apresentará uma análise da situação e propostas de alteração, algumas das quais poderão implicar alterações ao regulamento de gestão.

O Decreto-Lei nº 210/2015, de 20 de Setembro, veio reforçar as obrigações de reporte a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) pelo que se prevê, em articulação com o FGCT, a formalização de uma parceria com a ACT, de modo a possibilitar a esta entidade o exercício da actividade fiscalizadora no âmbito dos Fundos.



Em 1 de Outubro de 2016 completam-se 3 anos sobre a entrada em funcionamento do FCT pelo que se deve, nos termos do artigo 60º da Lei nº 70/2013, proceder a avaliação da sua implementação. Sendo certo que a sede mais adequada para essa avaliação é a Comissão Permanente da Concertação Social, o Conselho de Gestão do FCT, pela experiencia que possui, deverá contribuir para essa avaliação.

Por último, dever-se-á proceder a uma reavaliação do regulamento interno do Conselho de Gestão não só porque tal está previsto como por terem sido detectadas algumas lacunas.

ENQUADRAMENTO MACROECONOMICO

Para enquadrar a actividade do FCT utilizaram-se as previsões macroeconómicas, para 2016, apresentadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), onde se destaca:

- Estima-se para 2015 um crescimento de 1.7% da economia portuguesa.
- Para 2016, a previsão aponta para um crescimento da actividade económica de 1.6%, em resultado de um reforço da procura externa e interna.
- Este ritmo de crescimento permite apenas pequenas reduções da taxa de desemprego.
- Em 2015 a taxa de desemprego deverá situar-se em 12.3%, caindo para os 11.3% no próximo ano.

Será, assim, expectável um aumento nos montantes das entregas ao FCT.



PRESSUPOSTOS DO ORÇAMENTO PARA 2016

1. O orçamento para 2016, bem como as peças contabilísticas previsionais, devem assentar numa estimativa para os valores finais de 2015. Na elaboração do Balanço e Demonstração de Resultados para 2015 assumiu-se que:

- a. O valor da carteira em 31 de Dezembro de 2015 será igual ao valor da carteira em 20 de Novembro acrescido das entradas líquidas (recebimentos menos reembolsos) previstas até ao fim do ano. Admite-se, assim, que não haverá nenhum ganho (ou perda) adicional até ao final do ano. O valor da carteira será de 56 milhões de euros.
- b. Os recebimentos em Novembro em Dezembro manterão a taxa de crescimento de 5% ao mês que se tem verificado ao longo do ano. Note-se que estamos a considerar os recebimentos não discriminando entre pagamentos normais e juros de mora.
- c. Os reembolsos em Novembro e Dezembro correspondem a 20%, valor médio ao longo do ano, dos recebimentos.
- d. Os rendimentos (juros de depósitos, juros de dívida pública e dividendos) são os previstos para a actual composição da carteira.
- e. A composição da carteira em 31 de Dezembro de 2015 é idêntica à da carteira em 31 de Outubro, que se apresenta no quadro seguinte:

Carteira em 31 de Outubro de 2015		
Dívida Pública OCDE	22.601.904,99 €	47,29%
Ações	1.637.092,86 €	3,43%
Liquidez	23.550.740,84 €	49,28%
Total	47.789.738,69 €	100,00%

- f. Os custos de gestão dos fundos (comissão de custódia e liquidação de operações) correspondem ao que foi suportado até 20 de Novembro.
- g. O custo do Fiscal Único é conhecido.
- h. Os montantes recebidos por incumprimento de entrega (50 cêntimos se não for cumprida a obrigação de pagamento até ao dia 8 do mês seguinte, de acordo com o artigo 12º do regulamento de gestão) não são incluídos por serem receita da entidade gestora.
- i. Não se inclui nenhuma comissão a pagar à entidade gestora porque está coberta pela verba mencionada na alínea anterior.



2. Na elaboração do orçamento para 2016 assumiu-se que:
- a. **Recebimentos:** considerou-se que do recebimento previsto para Dezembro de 2015 (5298993 €) apenas 80% correspondem a contratos com duração superior a 60 dias. Admitiu-se que os recebimentos mensais em 2016 serão iguais ao valor de dezembro de 2015, expurgado dos contratos com duração igual ou inferior a 60 dias, acrescido de 10%. Assim o recebimento mensal em 2016 será igual a 4663114 € ($1.10 \cdot 0.80 \cdot 5298993$ €); o valor anual será 56 milhões de euros.
 - b. **Reembolsos:** em 2015 os reembolsos representavam 20% dos recebimentos, mas 50% dos reembolsos correspondiam a contratos com duração igual ou inferior a 60 dias. Assim considerou-se que os reembolsos serão 10% dos recebimentos, ou seja 5.6 milhões.
 - c. **Recebimentos líquidos de reembolsos:** 50.4 milhões (56 – 5.6) euros. A carteira no final do ano atingirá cerca de 106.4 milhões de euros (56+50.4)
 - d. **Rentabilidade da carteira:** assumiu-se a rentabilidade homóloga em 31 de Outubro de 2015 que era 1.15%. Aplicando esta taxa ao valor da carteira média obtemos um valor de 933800 euros para os proveitos de 2016. A carteira média é o valor médio entre a carteira no final de 2015 (56 milhões de euros) e no final de 2016 (106.4 milhões).
 - e. **Composição da carteira:** admite-se a composição de 31 de Outubro de 2015, descrita na alínea e) do ponto anterior.
 - f. **Montante da dívida:** consideraram-se as taxas mencionadas acima para a percentagem de dívida em relação a recebimentos – 1.30% para os recebimentos até 2015 e 4.80% para os recebimentos de 2016.
 - g. **Entregas ao FGCT:** as eventuais entregas ao FGCT para pagamento de indemnizações são equivalentes a um reembolso pelo que não são autonomizadas.
 - h. **Custo de gestão:** considerou-se o valor de 0.02% que é o custo médio dos fundos geridos pelo IGFCSS
 - i. **Os montantes recebidos por incumprimento de entrega** (50 cêntimos se não for cumprida a obrigação de pagamento até ao dia 8 do mês seguinte, de acordo com o artigo 12º do regulamento de gestão) não são incluídos por serem receita da entidade gestora.
 - j. Não se inclui nenhuma comissão a pagar à entidade gestora porque está coberta pela verba mencionada na alínea anterior



- k. Não foi considerada a eventual transferência para o FCT de 50% dos saldos excedentários do FGCT, prevista na alínea b) do número 1 do artigo 45º da Lei nº 70/2013, de 30 de agosto, por não haver informação o que dificulta a sua estimação.

PEÇAS CONTABILÍSTICAS PREVISIONAIS

Em anexo apresenta-se a demonstração de resultados e o balanço previsionais de acordo com o plano de contas do FCT (plano de contas dos organismos de investimento colectivo). Para efeitos de comparação inclui-se uma estimativa para 2015.

Na elaboração destas peças procurou-se balancear o detalhe com a razoabilidade das estimativas. Quanto maior for o detalhe maior será a possibilidade de erro. Na estimativa de proveitos e dos custos fez-se uma repartição próxima da que se estima para 2015.

As peças contabilísticas devem obedecer a diversos princípios, nomeadamente de especialização de exercícios: os ganhos e perdas são reconhecidos no momento em que são gerados, independentemente do seu recebimento ou pagamento. Ao elaborar o mapa de fluxos de caixa admitiu-se que todos os proveitos e custos são recebidos ou pagos durante o exercício.



BALANÇOS previsionais em 31-12-2016 e 31-12-2015

Valores em Euros

Ativo				Capital e Passivo			
Código	Designação	Períodos		Código	Designação	Períodos	
		2016	2015			2016	2015
	CARTEIRA DE TÍTULOS				CAPITAL		
21	OBRIGAÇÕES	50.789.489,51	26.513.735,49	6121	CAPITAL REALIZADO	106.083.222,10	55.683.222,10
22	AÇÕES	3.683.822,14	1.923.072,80	6122	CAPITAL SUBSCRITO e NÃO REALIZADO	3.143.079,00	1.981.656,00
23	OUTROS TÍTULOS DE CAPITAL			62	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS		
24	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO			64	RESULTADOS TRANSITADOS	383.040,30	97.648,92
25	DIREITOS			65	RESULTADOS DISTRIBUÍDOS		
26	OUTROS INSTRUMENTOS DE DÍVIDA			66	Resultado Líquido do Exercício	933.800,00	285.391,38
	TOTAL DA CARTEIRA DE TÍTULOS	54.473.311,65	28.436.808,29		TOTAL DO CAPITAL OIC	110.543.141,40	58.047.918,40
	OUTROS ATIVOS						
31	OUTROS ATIVOS			48	PROVISÕES A CUMULADAS		
	TOTAL DE OUTROS ATIVOS	0,00	0,00	481	Provisões para Encargos		
					TOTAL DE PROVISÕES A CUMULADAS	0,00	0,00
	TERCEIROS				TERCEIROS		
411+ - 418	Contas de Devedores	3.343.079,00	1.981.656,00	421	Resgates a Pagar aos Participantes		
	TOTAL DOS VALORES A RECEBER	3.343.079,00	1.981.656,00	422	Rendimentos a Pagar aos Participantes		
	DISPONIBILIDADES			423	Comissões a Pagar		
11	CAIXA			424 - 429	Outras Contas de Credores		
12	DEPÓSITOS À ORDEM	7.926.750,75	7.629.454,11	43+12	Empréstimos obtidos	0,00	
13	DEPÓSITOS A PRAZO E COM PRÉ-AVISO	45.000.000,00	20.000.000,00		TOTAL DOS VALORES A PAGAR	0,00	0,00
14	CERTIFICADOS DE DEPÓSITO						
18	OUTROS MEIOS MONETÁRIOS						
	TOTAL DAS DISPONIBILIDADES	52.926.750,75	27.629.454,11		ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			55	ACRÉSCIMOS DE CUSTOS		
51	ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	0,00		56	RECEITAS COM PROVEITO DIFERIDO		
52	DESPESAS COM CUSTOS DIFERIDO			58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
58	OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			59	CONTAS TRANSITÓRIAS PASSIVAS		
59	CONTAS TRANSITÓRIAS ATIVAS	0,00			TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS	0,00	0,00
	TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS	0,00	0,00				
	TOTAL DO ATIVO	110.543.141,40	58.047.918,40		TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	110.543.141,40	58.047.918,40

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS em 31-12-2016 e 31-12-2015

Custos e Perdas		Período		Proveitos e Ganhos		Período	
		2016	2015			2016	2015
Código	Designação			Código	Designação		
	CUSTOS E PERDAS CORRENTES				PROVEITOS E GANHOS CORRENTES		
	JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS				JUROS E GANHOS EQUIPARADOS		
711+718	De Operações Correntes	0,00		812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	250.000,00	83.659,26
719	De Operações Extrapatrimoniais	0,00		811+814-817-818	Outros, de Operações Correntes	270.000,00	86.440,42
	COMISSÕES E TAXAS			819	De operações extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	5.413,00	1.460,50		RENDIMENTO DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
724...-728	Outras, de Operações Correntes	10.826,00	3.021,93	822...824/5	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	40.000,00	30.645,60
729	De Operações Extrapatrimoniais			829	De operações extrapatrimoniais		
	PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS				GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS		
732+733	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos			832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	404.799,00	103.918,44
731+738	Outras, de Operações Correntes			831+838	Outros, em Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais			839	Em Operações Extrapatrimoniais		
	IMPOSTOS			851	REPOSIÇÃO E ANULAÇÃO DE PROVISÕES		
7411+7421	Impostos Sobre o Rendimento				Provisões para encargos		
7412+7422	Impostos Indiretos						
7418+7428	Outros Impostos			86	OUTROS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES		
75	PROVISÕES DO EXERCÍCIO						
751	Provisões para Encargos						
77	OUTROS CUSTOS E PERDAS CORRENTES	14.760,00	14.760,00				
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES (A)	30.999,00	19.272,43		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES (B)	964.799,00	304.663,81
	CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS				PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outros Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		
	TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS EVENTUAIS (C)	0,00	0,00		TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS EVENTUAIS (D)	0,00	0,00
63	IMPOSTOS SOBRE OS RENDIMENTOS DO EXERCÍCIO						
66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se > 0)	933.800,00	285.391,38	66	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (se < 0)		
	TOTAL	964.799,00	304.663,81		TOTAL	964.799,00	304.663,81
(8 x 2/3/4/5) - (7 x 2/3) 8 x 9 - x 9 B - A	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos Resultados das Operações Extrapatrimoniais Resultados Correntes	933.800,00	285.391,38	D - C B + D - A - C + 74 B + D - A - C + 7411/8 + 7421/8	Resultados Eventuais Resultados Antes de Imposto sobre o Rendimento Resultado Líquido do Período	933.800,00	285.391,38

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA em 31-12-2016		
Discriminação dos Fluxos	2016	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO		
RECEBIMENTOS:		
Subscrição de unidades de participação	56.000.000,00	
...		56.000.000,00
PAGAMENTOS:		
Resgates de unidades de participação	5.600.000,00	
Rendimentos pagos aos participantes		
...		5.600.000,00
Fluxo das operações sobre as unidades de participação		50.400.000,00
OPERAÇÕES CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
RECEBIMENTOS:		
Venda de títulos e outros ativos		
Reembolso de títulos e outros ativos		
Resgates de unidades de participação noutros OIC		
Rendimento de títulos e outros ativos	40.000,00	
Juros e proveitos similares recebidos	270.000,00	
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra		
Outros recebimentos relacionados com a carteira		310.000,00
PAGAMENTOS:		
Compra de títulos e outros ativos	25.631.704,36	
Subscrições de unidades de participação noutros OIC		
Juros e custos similares pagos		
Vendas de títulos com acordo de recompra		
Comissões de bolsa suportadas		
Comissões de corretagem		
Outras taxas e comissões		
...		
Outros pagamentos relacionados com a carteira		25.631.704,36
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		-25.321.704,36
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS:		
Juros e proveitos similares recebidos		
Operações cambiais		
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações		
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
Comissões em contratos de opções		
Outras comissões		
...		
Outros recebimentos operações prazo e de divisas		
PAGAMENTOS:		
Juros e proveitos similares pagos		
Operações cambiais		
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações		
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
Comissões em contratos de opções		
...		
Outros recebimentos operações prazo e de divisas		0,00
Fluxo das operações a prazo e de divisas		0,00



Discriminação dos Fluxos	2016	
OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:		
Cobranças de crédito vencido		
Compras com acordo de revenda		
Juros de depósitos bancários	250.000,00	
Juros de certificados de depósito		
Comissões em operações de empréstimos de títulos		
...		
Outros recebimentos correntes		250.000,00
PAGAMENTOS:		
Comissão de gestão		
Comissão de depósito	16.239,00	
Comissão de garantia		
Despesas com crédito vencido		
Juros devedores de depósitos bancários		
Compras com acordo de revenda		
Impostos e taxas		
...		
Outros pagamentos correntes	14.760,00	30.999,00
Fluxo das operações de gestão corrente		219.001,00
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS:		
Ganhos extraordinários		
Ganhos imputáveis a exercícios anteriores		
Recuperação de incobráveis		
...		
Outros recebimentos de operações eventuais		0,00
PAGAMENTOS:		
Perdas extraordinárias		
Perdas imputáveis a exercícios anteriores		
...		
Outros pagamentos de operações eventuais		0,00
Fluxo das operações eventuais		0,00
Saldo dos fluxos de caixa do período... (A)		25.297.296,64
Ajustamentos cambiais		
Disponibilidades no início do período... (B)		27.629.454,11
Disponibilidades no fim do período... (C) = (A) + (B)		52.926.750,75

